



O DISCURSO DA SUPREMACIA RACIAL BRANCA NAS PUBLICAÇÕES DA REVISTA EDUCAÇÃO PHYSICA (1939-1944)

*Jéferson Luís Staudt*¹

*Magna Lima Magalhães*²

Resumo: Este estudo discute as concepções de raça e de miscigenação formuladas em alguns artigos publicados na revista Educação Physica, entre 1939 e 1944, quando Hollanda Loyola foi seu editor técnico. Os textos foram analisados como parte de um cenário marcado por um acirrado debate sobre a formação racial brasileira, pauta que encontrava ressonância nas publicações periódicas. Nesse meandro, a revista Educação Physica sustentou visões ambíguas e divergentes sobre raça e miscigenação, mas destaca-se uma inclinação às noções que enalteciam o branqueamento e a branquitude.

Palavras-Chave: Branquitude; Branqueamento; Miscigenação; Publicações periódicas; Educação Física.

THE DISCOURSE OF WHITE RACIAL SUPREMACY IN THE PUBLICATIONS OF THE JOURNAL EDUCAÇÃO PHYSICA (1939-1944)

Abstract: This study discusses the conceptions of race and miscegenation as formulated in some articles published by the journal Educação Physica between 1939 and 1944 when Hollanda Loyola was its technical editor. The texts were analyzed as part of a scenario marked by a heated debate about Brazilian racial formation, a theme that reverberated in periodical publications. In that context, the journal Educação Physica held ambiguous and divergent perspectives on race and miscegenation, but with an inclination towards notions that exalted whitening and whiteness.

Keywords: Whiteness; Whitening; Miscegenation; Journals; Physical Education.

EL DISCURSO DE LA SUPREMACÍA RACIAL BLANCA EN LAS PUBLICACIONES DE LA REVISTA EDUCAÇÃO PHYSICA (1939-1944)

¹ Mestre e Doutorando em Processos e Manifestações Culturais e Licenciado em Educação Física pela Universidade Feevale. E-mail: jefersonstaudt@feevale.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1117-8053>.

² Doutora em História. Docente do Curso de História e do PPG em Processos e Manifestações Culturais da Universidade Feevale. E-mail: magna@feevale.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9691-4178>.



Resumen: Este estudio discute las concepciones de raza y mestizaje formuladas en algunos artículos publicados en la revista *Educação Physica*, entre 1939 y 1944, cuando Hollanda Loyola fue su editor técnico. Los textos fueron analizados como parte de un panorama marcado por un acalorado debate acerca de la formación racial brasileña, una pauta que encontraba resonancia en las publicaciones periódicas. En ese contexto, la revista *Educação Physica* sostuvo visiones ambiguas y divergentes sobre raza y mestizaje, pero se destaca una inclinación a las nociones que ensalzaban el blanqueamiento y la blanquitud.

Palabras-clave: Blanquitud; Blanqueamiento; Mestizaje; Publicaciones periódicas; Educación Física.

LE DISCOURS DE LA SUPRÉMATIE RACIALE BLANCHE DANS LES PUBLICATIONS DE LA REVUE EDUCAÇÃO PHYSICA (1939-1944)

Résumé: Cette étude traite des conceptions de race et de métissage formulées dans certains articles publiés dans la revue *Educação Physica*, entre 1939 et 1944, lorsque Hollanda Loyola a été son éditeur technique. Les textes ont été analysés dans le cadre d'un scénario marqué par un débat houleux sur la formation raciale brésilienne, un agenda qui a trouvé résonance dans les publications périodiques. Dans ce méandre, la revue *Educação Physica* a soutenu des points de vue ambigus et divergents sur la race et le métissage, cependant une inclination aux notions qui exaltent le blanchiment et la blancheur se distingue.

Mots-clés: Blanchitude; Blanchiment; Métissage; Publications périodiques; Éducation Physique.

INTRODUÇÃO

Este artigo analisa as concepções de raça e de miscigenação divulgadas pela revista *Educação Physica* durante a direção técnica de Hollanda Loyola, entre 1939 e 1944.³ No período analisado, a revista propagou ideologias raciais similares às disseminadas pela Ação Integralista Brasileira (AIB)⁴, movimento político de inclinações fascistas, com o qual Loyola manteve vínculos antes de assumir a editoração técnica do periódico.⁵

³ Lançada pela Companhia Brasil Editora (RJ), a revista foi um dos primeiros periódicos especializados na área, editado no Brasil. Sua circulação data de 1932 a 1945 e, neste período, contabilizou 88 edições publicadas (SCHNEIDER, FERREIRA NETO 2004).

⁴ Fundada por Plínio Salgado, em São Paulo, a AIB foi uma organização política nacionalista e de extrema direita. Miguel Reale e Gustavo Barroso também foram mentores do movimento (CRUZ, 2004).

⁵ Loyola foi Mestre de Campo da Milícia integralista no Rio de Janeiro. Nos quadros da AIB, ainda escreveu uma série de artigos e crônicas sobre Educação Física e esportes para os periódicos integralistas, em especial, para o jornal *A Offensiva*, editado entre 1934 e 1938 (SIMÕES, GOELLNER, 2012).

Extinta em 1937, com a instauração do Estado-Novo (1937-1945), a AIB pretendeu Governo com um projeto que visava legar unidade étnico-racial à Nação por meio do fomento à miscigenação. Os argumentos a favor da mistura racial recebiam, no movimento, feições de uma “ingênua” defesa dos valores cristãos de integração entre as raças. Quando, de fato, eram afirmados com o intuito de branquear a população por efeito da supremacia biológica da raça branca. O discurso moralista e fraternal era manipulado pelos integralistas como estratégia para afastá-los de julgamentos racistas.

Posicionamentos explícitos de racismo eram cada vez menos evidentes na época, do que em décadas anteriores. Até os anos 1930, a maior parte das interpretações sobre raça, das elites brasileiras, respondia às teorias europeias que indicavam a miscigenação como processo que levaria à degeneração da raça. Tais teorias, de viés biológico, previam que o Brasil estaria condenado ao fracasso e à barbárie em decorrência do cruzamento com grupos de ascendência africana (SCHWARCZ, 1994).

Os quadros de referência sofreram modificações em 1930, quando as relações raciais passaram a interessar estudiosos dos campos da Sociologia e da Antropologia. Nesse contexto, surgiram novas interpretações que apontavam a miscigenação como traço genuíno do país, discutindo em prol das heranças de matriz africana (MUNANGA, 2004). Porém a revisão teórica não repercutiu em mudanças no enfoque das análises, uma vez que a discussão permaneceu centrada na população afro-brasileira, sem questionar a raça branca como categoria social problemática (CARDOSO, 2014).

O debate sobre a formação racial brasileira teve ressonância na revista *Educação Physica* que, durante a direção técnica de Hollanda Loyola, disseminou concepções raciais com o auxílio de seus colaboradores. Chegou-se a tal constatação após a investigação dos 47 exemplares compreendidos entre os números 34 (de setembro de 1939) e 81 (de julho de 1944), que correspondem ao editorial dirigido por Loyola.⁶

O mapeamento dos exemplares revelou algumas publicações profícuas que discutiam sobre raça e miscigenação racial no Brasil, caso dos textos: “Educação Física e a futura raça brasileira”, “Educação Física como assistência social à infância” e “Educação”, substanciais aos escopos deste artigo. Esses manuscritos encerram posicionamentos ambíguos e divergentes sobre a temática racial e revelam parte dos dilemas e das controvérsias que permeavam o círculo acadêmico daquele período.

⁶ O material foi acessado em visita ao Acervo Histórico da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. A Biblioteca Edgar Sperb, situada nesta Instituição, disponibiliza a coleção completa da revista para consulta.



As fontes foram analisadas com o suporte teórico-metodológico dos Estudos Pós-Coloniais (SPIVAK, 2010; SAID, 2007) e da Branquitude (CARDOSO, 2014; BENTO, 2002). O instrumental foi usado para subsidiar considerações acerca das noções eurocêntricas de raça e de miscigenação divulgadas pelo periódico. Para tanto, os textos publicados na revista foram confrontados a outras obras produzidas no período, o que possibilitou conceber as interpretações raciais veiculadas pelo periódico como parte de um contexto marcado por disputas em torno de concepções de identidade racial.

O BRANQUEAMENTO COMO SINÔNIMO DE TRABALHO

Nos anos de 1930, surgiram interpretações sobre a formação racial brasileira que passaram a valorizar a mestiçagem conformadora da Nação. Inspirados na Antropologia Cultural de Franz Boas⁷, Arthur Ramos⁸ e Gilberto Freyre⁹, os quais estiveram entre os intelectuais que, na época, atribuíram conotações positivas aos cruzamentos étnico-raciais e construíram sólidas críticas às teorias biodeterministas vindas da Europa.

Autor de *Casa Grande e Senzala* (1933), Freyre reexaminou o cenário escravagista do nordeste brasileiro dos séculos XVI e XVII. Analisando a miscigenação em termos culturais, ao invés de biológicos, o sociólogo enalteceu o hibridismo cultural nascido dos contatos raciais, com postura afirmativa às contribuições africanas. O crédito obtido pela obra emprestou sentido à ideologia da democracia racial brasileira, dada a suposta ausência de fronteiras entre os grupos raciais (SCHWARCZ, 1987).

Às premissas culturais de Freyre somavam-se interpretações raciais de cunho biológico, o que tornava a pauta racial um assunto extremamente problemático. Um exemplo categórico foi a maneira como o Estado conduziu o tema da diversidade racial naquele período. Enquanto exaltava publicamente a miscigenação, investindo na

⁷ Franz Boas foi um antropólogo norte-americano cujas pesquisas, no campo da Antropologia, criticavam as teorias que explicavam as formas culturais a partir da constituição biológica dos povos (BOAS, 2005).

⁸ Discípulo intelectual de Raimundo Nina Rodrigues, o antropólogo Arthur Ramos foi adepto das teorias do evolucionismo social. De maneira peculiar, Ramos reorientou seus estudos e se tornou um dos maiores críticos das teorias racistas após aderir ao culturalismo (SCHWARCZ, 1987).

⁹ Gilberto Freyre foi um renomado intelectual brasileiro cujos estudos se dedicaram à interpretação da formação racial brasileira sob o prisma socioantropológico (GUIMARÃES, 1999).



valorização da cultura afro-brasileira¹⁰; aprovou secretamente a política imigratória que favorecia a entrada de brancos europeus no país para trabalhar e branquear a raça.¹¹

Expectativa análoga verificou-se na tese de Gilberto Freyre que, embora celebrasse o hibridismo cultural, percebia o branqueamento como efeito natural da miscigenação (GUIMARÃES, 1999). O entendimento de que a população negra branquearia, ao cruzar-se com a branca, foi uma ideia criada pela própria elite branca para arrogar-se racialmente superior e legitimar as hierarquias raciais (BENTO, 2002).

Essa discussão complexa atraiu a atenção de diversos setores da sociedade, em especial das publicações periódicas. Várias revistas interviam a favor de concepções específicas de raça e favoreciam a adesão do público à inferioridade de certos grupos, sobretudo, os de cor negra (CARNEIRO, 2013). A questão também repercutiu na revista *Educação Physica* que, apesar de dirigida às atividades físicas e esportivas, recebeu artigos que discutiam sobre raça e miscigenação. Em um único caso o tema foi instigado por uma leitora que, interessada em saber da existência de uma classificação racial especificamente brasileira, escreveu ao periódico buscando informações.¹²

No mais das vezes, o debate foi suscitado por intelectuais como Manuel Lourenço Filho¹³, autoridade envolvida com a proposição de políticas educacionais junto ao Ministério da Educação e Saúde (MES), no Estado-Novo (BOMENY, 1999). À revista submeteu o artigo “Educação Física e a futura raça brasileira”, publicado na seção “Doutrina”, na edição nº 37, em 1939. Como o título sugere, Lourenço Filho escrevia a favor da Educação Física e dos seus contributos à apuração da raça brasileira, dando imensa importância à cultura física no projeto de construção da Pátria ideal.

¹⁰ Em 1938, Vargas promoveu um evento em comemoração ao cinquentenário da Abolição que incluía uma série de atividades que enalteciam a miscigenação e a cultura de matriz africana (CUNHA, 1999).

¹¹ Para delinear a identidade nacional, o Estado restringiu a entrada de pessoas de cor negra e amarela, favorecendo o ingresso de brancos, de preferência cristãos, ocidentais e trabalhadores (CARNEIRO, 2013).

¹² Nas páginas finais de cada exemplar, a revista *Educação Physica* publicava a seção “Informações uteis: Secção de consultas”, destinada a responder perguntas relacionadas à Educação Física. Na edição nº 34, Elza Toledo, de Niterói, Rio de Janeiro, escreveu à seção questionando sobre a classificação racial do país e Hollanda Loyola, responsável pela coluna, respondeu com a apresentação da escala racial formulada pelo antropólogo Edgar Roquette Pinto (STAUDT, SILVA, MAGALHÃES, 2018).

¹³ Manuel Bergström Lourenço Filho foi um educador brasileiro dedicado ao estudo das relações entre Psicologia e Educação, tendo prestado notáveis serviços ao campo educacional nas primeiras décadas do século XX (BARBOZA, 2017).



No seu entender, o cruzamento racial entre negros, indígenas e brancos teria originado um povo sentimental e indolente, sem condições de gerar o futuro próspero da Nação. Frente a esse problema, reconhecia na Educação Física uma saída viável, devido à saúde e ao vigor físico legado pela área às futuras gerações e em razão do “otimismo sadio que instila no ânimo da gente a vida esportiva” (LOURENÇO FILHO, p.12).

Ares pessimistas permeavam a escrita de Lourenço Filho que, mesmo filiado ao Estado-Novo, se posicionava contrariamente à miscigenação racial. Apesar das controvérsias do Governo em relação ao tema, era do seu interesse a difusão de discursos favoráveis à miscigenação, pois davam suporte à “democracia racial”, crença que atribuía prestígio moral ao Brasil num contexto marcado por severa intolerância racial em países como os Estados Unidos e a Alemanha (MAGALHÃES, 2017).

A ideologia também desarticulava a agenda antirracista do ativismo negro, tornando-a inconcebível em um país “racialmente democrático” (DOMINGUES, 2005). O que representava, para o Estado-Novo, menor incidência de conflitos internos e consequente coesão social, uma vez que a unidade nacional era peça-chave no projeto econômico-industrial acalentado pelo programa de nacionalização (ORTIZ, 1994).

Entre os dizeres contrários à miscigenação, Lourenço Filho vislumbrou a formação de uma nova raça, após mencionar o fracasso do processo de europeização:

Não se deu no Brasil, diz Tasso da Silveira, como em outros jovens países, a transplantação de uma velha raça europeia que se conservasse quase intacta [...] Nós viemos verdadeiramente do princípio, começamos a constituir uma raça verdadeiramente nova (LOURENÇO FILHO, 1939, p.12).

O esforço de construir o país branco europeu animou os intelectuais até meados de 1920, que, ao verem fracassar o projeto, acentuaram as discussões sobre o tipo racial brasileiro (ANDREWS, 1997). A decepção quanto à europeização do Brasil ecoou no artigo “A consciência brasileira”, escrito por Tasso Azevedo da Silveira, teórico social citado por Lourenço Filho. O artigo integrava o livro *À Margem da História da República*, publicado em 1924, sob a organização de Vicente Licínio Cardoso.¹⁴ A obra reunia ensaios que, em geral, lançavam um olhar pessimista sobre o futuro do país, povoado por tipos considerados mestiços, doentes e desordeiros (CARVALHO, 2003).

¹⁴ Vicente Licínio foi um intelectual brasileiro adepto à doutrina positivista. Na década de 1920, suas obras discutiam sobre o Estado, a cultura e a formação de uma nacionalidade brasileira. Em “À Margem da História da República”, Vicente Licínio pretendia responder às causas do fracasso da experiência republicana brasileira (GOMIDE, 2005).



Gilberto Freyre respondeu à questão quando afirmou a mestiçagem como traço genuíno do país e refutou qualquer possibilidade de tornar-se uma Nação europeia nos trópicos (ANDREWS, 1997). Àquela altura, já não era possível delimitar fronteiras entre um e outro grupo, pois as mestiçagens, a nível biológico e cultural, as tornavam extremamente imbricadas. Por isso, o desejo de conservar “intacto” um tipo europeu era uma utopia que ignorava os múltiplos empréstimos ocorridos em realidades mestiças como a brasileira, que estando permeada por diversos elementos de ascendência indígena e africana, não tardaria a agregar novos traços aos europeus e vice-versa.

O que não quer dizer, por outro lado, que a linhagem europeia seria repentinamente mestiçada ao entrar em contato com os nacionais, já que isso depreende uma pureza étnico-racial que não existia. Os europeus, bem antes de chegarem ao Brasil, vinham do processo de mestiçagem com outros grupos, a exemplo dos portugueses com os povos mouros. Além do mais, os europeus constituíam um bloco heterogêneo de indivíduos, muitos de índole pouco recomendável (GRUZINSKI, 2001).

O interesse em europeizar o Brasil pode ser pensado como um dos efeitos das teorias europeias, que foram exitosas em seu projeto de construir o branco europeu como racialmente superior, evoluído e civilizado. Um status que foi criado sobre a reprovação das raças mistas e dos povos colonizados pelas potências europeias (SPIVAK, 2010). Aceitas cientificamente, as teses criaram uma imagem generalizada do branco europeu, que agia sobre a mentalidade das elites das ex-colônias, as quais se baseavam em conceitos ocidentais proclamados universais e modernos (SAID, 1995).

A autoridade de tais doutrinas dispensava questionamentos de Lourenço Filho quanto à pureza e à moralidade dos europeus, que no esforço de expandirem suas memórias, evidenciaram certos traços e omitiram outros, sobretudo seu caráter mestiço.

Para os intelectuais paulistas, como Lourenço Filho, a miscigenação raramente era vista como algo benéfico. São Paulo foi o estado onde a ideologia do branqueamento teve maior longevidade, devido à presença marcante de etnias europeias e de seus descendentes na capital paulista (GUIMARÃES, 1999). Guiado por ideias influentes em São Paulo e, em parte, pela cultura de racismo presente do Brasil, Lourenço Filho antevia um tipo racial branco como resultado do processo de imigração:

As contribuições migratórias [...] coloram com seus contingentes, aqui e ali, de matizes novas o país. A força diluidora do tempo esfumará harmoniosamente as manchas fortes. Há de ver-se, então, o brasileiro do futuro, desempenhando a sua missão, grande e significativa (LOURENÇO FILHO, 1939, p. 11-12).

Diluir “as manchas fortes” era um modo contido de dizer branquear, um recurso de linguagem muito utilizado, naquela época, para evitar conotações racistas. Com tal artifício, Lourenço Filho anunciava que o fluxo imigratório encaminhava o país a um “harmonioso” processo de branqueamento. Para enfatizar sua predileção pelo branco europeu, o autor ainda rememorou personagens emblemáticos da Batalha dos Guararapes¹⁵ e deu centralidade aos portugueses no processo civilizatório do Brasil. Para o autor, o ânimo dos portugueses teria sido incorporado por Vidal de Negreiros (branco), Henrique Dias (negro) e Felipe Camarão (indígena), na ocasião do conflito.

Esse ponto de vista o levou a afirmar que o Brasil havia nascido “da ousadia aventureira dos lusos”, pois a “coragem rude e a capacidade de resistência dos primeiros colonos encarnou-se e demonstrou-se nos homens de Vidal de Negreiros, Camarão e Henrique Dias, tres paradigmas das tres côres originarias da raça” (LOURENÇO FILHO, 1939, p.11). Na tríade racial formadora da Nação, os grupos de origem africana e indígena eram lembrados por sua aptidão para corporificar “predicados europeus”.

O branqueamento, aventado por Lourenço Filho, era uma adaptação brasileira das teorias europeias que provavam a predominância do branco / europeu. A ideologia baseava-se na premissa da inferioridade intrínseca à raça negra em contraposição à branca, não raro argumentada veladamente. À justificativa de que a miscigenação tendia ao branqueamento somavam-se outras: a suposta preferência das pessoas negras por cônjuges brancos e a paulatina redução da população negra em relação à branca, devido às enfermidades e a taxa de natalidade supostamente menor (SKIDMORE, 1976).

Apesar de a tese do branqueamento ter perdido crédito durante o Estado-Novo, ainda ecoava nas discussões relativas à imigração e à miscigenação (SEYFERTH, 1999). Interessante observar que a aderência de Lourenço Filho à ideologia soava como uma saída auspiciosa ao caráter indolente do povo brasileiro, suposição abalizada pela crença de que a indolência era um traço das raças não-brancas. Esse entendimento foi afirmado de maneira direta por Humberto Baldariny, especialista em Educação Física, que atuava como assistente na Escola de Medicina e Cirurgia, no Rio de Janeiro.

¹⁵ A Batalha dos Guararapes (1648-1649) ganhou notoriedade por reunir as “três raças” formadoras do Brasil num conflito a favor da defesa das fronteiras nacionais.



À revista, Baldariny enviou o artigo “Educação Física como assistência social à infância” (1940), publicado nas edições 45 e 46.¹⁶ Na sua redação, defendia a assistência infantil como política substancial à regeneração da Pátria, que precisava investir nas crianças como alicerce para o futuro próspero. Os investimentos deveriam incluir as ações da Educação Física, eficazes no combate às doenças, aos vícios e à vadiagem.

Segundo o autor, o ócio seria evitado pela apuração moral provocada pela Educação Física, uma vez que os exercícios físicos legariam audácia e disposição nas crianças, as quais se referia como os “adultos de amanhã”. Ao potenciar tais predicados, Baldariny acreditava que a Educação Física arrancaria o “povo da apatia e resignação legada pela influência africana, tornando-o mais otimista, mais confiante em si próprio, e, principalmente, mais produtivo e creador” (BALDARINY, 1940, p.38).

O panorama traçado por esses autores apontava as heranças não-brancas como fatores determinantes para o atraso do Brasil. Nessa direção, estaria na origem africana do país a explicação para o caráter apático do povo brasileiro, responsável por incapacitá-lo a conduzir o progresso nacional. Como saída ao problema, ofereciam duas possibilidades de vieses totalmente diferentes. A primeira, de cunho biodeterminista, propunha o investimento na imigração como meio de branquear a raça e a moral dos brasileiros. E a segunda, de caráter social, avançava a aposta na ação moralizadora da Educação Física, que deveria socializar, desde a infância, a conduta ativa, enérgica e progressiva do “europeu comum”, tal como insinuado pelos autores.

A percepção de que os africanos eram indolentes surgiu no século XIX, e consolidou-se quando se aproximava o fim da escravidão. Para justificar o incentivo à imigração do branco europeu¹⁷, a elite brasileira difundiu a ideia genérica de que os recém-libertos eram incapazes de trabalhar senão de modo compulsório, em razão da “apatia africana” para o trabalho livre. O entendimento foi acrescido de embasamento científico quando as teorias europeias, ao chegarem ao Brasil, foram usadas para ratificar a moral civilizada, regrada e laboriosa do branco europeu (AZEVEDO, 1987).

O postulado teórico interessou a elite branca brasileira, que em menor número em relação aos escravizados, temia a possibilidade de um revés semelhante ao ocorrido

¹⁶ Era característica editorial de a revista publicar parte de um artigo em uma edição e parte em outra.

¹⁷ Cabe ressaltar que a imigração europeia constituiu um movimento complexo que comportou grandes objeções, sobretudo nas primeiras décadas do século XIX (AZEVEDO, 1987).



no Haiti.¹⁸ O medo causado pela população negra levou o Estado a prover a política de imigração que, em cerca de trinta anos, trouxe para o Brasil um contingente de europeus próximo ao de africanos trazidos ao longo de trezentos anos. Os imigrantes possuíam experiência no trabalho rural, tal como os libertos, mas os intelectuais brancos se ocuparam da criação da superioridade técnica e moral dos europeus (BENTO, 2002).

Dessa forma, o trabalhismo brasileiro nasceu embebido da noção vaga de que os afro-brasileiros tendiam à indolência. A ideia foi popularizada no esforço de justificar a predileção pela mão de obra de indivíduos brancos e, assim, manter a mobilidade social e econômica como prerrogativa da população branca no Pós-Abolição (BENTO, 2002). Na virada da década de 1930 para 1940, o discurso do negro indolente continuava a compor aos escritos de intelectuais como Lourenço Filho e Humberto Baldariny, que encontravam na revista *Educação Physica* um suporte para a difusão do estereótipo.

O mito da indolência negra era uma representação genérica construída opostamente à generalização positiva do branco europeu. Calcada numa visão holística, ocultava a heterogeneidade do grupo para exibi-lo de maneira simplificada, como se a apatia fosse característica de todo negro africano. Esse estereótipo, usado desde fins do século XIX, fabricava uma identidade social a um grupo racial muito diversificado assim como dava suporte a superioridade racial dos indivíduos de cor branca.

Mesmo desprovida de base sociológica, essa concepção totalizante buscava apoio em uma estrutura de pensamento e em um vocabulário convencionado para se manter influente como ideia. Depois de transportada, inúmeras vezes, de um texto para outro, a noção havia se tornado um estereótipo que deixava de requerer correspondência à realidade. Baseando-se muito mais em convenções do que no próprio referente, o estereótipo era repetido constantemente, e de maneira acrítica (SAID, 2007).

A cada reinvenção da índole apática da população negra, a divisão racial do trabalho se fortalecia, gerando movimentos de resistência. Em reação a esse discurso simplista, a Frente Negra Brasileira (FNB) apontava o racismo e o analfabetismo como os principais obstáculos ao ingresso no mundo do trabalho, derivados das mazelas da escravidão e da corrente dificuldade de inserção nas escolas oficiais (GOMES, 2017).

¹⁸ A Revolução Haitiana foi o único movimento, nas Américas, que conseguiu abolir a escravidão e transferir às lideranças negras o controle da ordem social, política e econômica. Com a Independência do Haiti, em 1804, foi instaurada uma nova Constituição que confiscou a terra dos colonos franceses e instituiu a igualdade racial e a liberdade de culto religioso (MBEMBE, 2014).

Fundada em São Paulo, em 1931, a FNB foi o mais expressivo movimento negro do início do século XX. Extinto em 1937, com a instauração do Estado-Novo, pretendeu unir as diversas associações para constituir um associativismo consistente no território nacional. Para atender as demandas da população negra criou departamentos artísticos, esportivos, jurídicos, médicos, educacionais e de imprensa¹⁹, este último com a publicação de um jornal próprio denominado “A Voz da Raça” (GOMES, 2017).

A NÃO RACIALIZAÇÃO DA CATEGORIA BRANCO

No tópico anterior vimos que o Estado tratava de maneira contraditória a pauta da formação étnico-racial brasileira. Nesse processo, exaltava o caráter mestiço do país e ao mesmo tempo tentava branqueá-lo por meio do estímulo à imigração europeia. Essa perspectiva incoerente também era encontrada nos escritos de diversos intelectuais que, naquele período, tentaram advogar a favor dos cruzamentos étnico-raciais.

No mesmo ano que Gilberto Freyre publicou *Casa Grande e Senzala*, Pedro Calmon²⁰ lançou o livro *História da Civilização Brasileira* (1933), obra derivada de longos estudos acerca da origem da identidade nacional. Intelectual envolvido com o tema do caráter do povo brasileiro, Calmon empreendia pesquisas sobre a formação racial do Brasil e ancorava suas análises nas teorias culturalistas (ARAÚJO, 2006).

Defensor da miscigenação racial, Pedro Calmon utilizava o aporte cultural para contestar as teorias biológicas que indicavam o gene africano como fator degenerativo da raça. Porém, mesmo tendo reconhecido o mestiço como símbolo étnico da cultura brasileira, Pedro Calmon não conseguiu escapar dos ditames biológicos e, alguns trechos do livro, reiterou a superioridade do tipo branco europeu (ARAÚJO, 2006).

A mesma ambiguidade foi percebida no artigo “Educação”, publicado por Pedro Calmon na edição nº 42 da revista *Educação Physica* em 1940. Por meio desse texto, o autor defendia um ideal de nacionalidade que realçava o apuramento físico da população, com ênfase para as intervenções da Educação Física. Na sua visão, para

¹⁹ Data desse período o lançamento do jornal “A Raça”, em 1935, em Uberlândia (MG). O jornal *Alvorada*, de Pelotas (RS), foi o periódico da imprensa negra de maior longevidade do Brasil – de 1907 a 1965 (DOMINGUES, 2007).

²⁰ Pedro Calmon foi um historiador que, entre 1920 e 1930, realizou estudos sobre a nacionalidade brasileira. Como escritor, chegou a entrar na Academia Brasileira de Letras, em 1936 (ARAÚJO, 2006).



formar o tipo racial brasileiro “rijo, vivaz, resistente e disciplinado”, era preciso investir na Educação Física, difusora de saúde, força e disciplina (CALMON, 1940, p.2).

Na esteira do debate sobre o ideário nacional, Pedro Calmon defendeu percepções controversas que davam a entendê-lo ora contra, ora a favor da miscigenação racial. No início do artigo, o autor deixava pistas de que partilharia do panorama pessimista quanto ao tipo racial brasileiro, já que para ele:

Somos no mundo inteiro o povo mais necessitado de cultura física. Não há nisto um conceito convencional. Revela uma verdade séria. Exatamente porque somos um povo sem coesão étnica, sem tipo definido, sem antropologia estável, mais mesclado do que uniforme, mais nervoso do que musculoso, mais frágil do que forte, nas linhas provisórias do seu perfil irregular (CALMON, 1940, p.2).

Nos dizeres iniciais, Calmon emprestava sentido negativo à miscigenação, por delinear a identidade brasileira mestiça e fraca, tanto de físico quanto índole. Uma visão que parecia assimilar os postulados europeus que anunciavam o cruzamento racial como processo constitutivo de mestiços inferiores aos tipos raciais “puros”. A maneira como conduzia a escrita, levava a crer que Calmon não resistiria às interpretações que prediziam os tipos proporcionados pela miscigenação entre negros, indígenas e brancos.

Porém, o curso da narrativa mudou subitamente de rumo nas linhas seguintes e a fragilidade dos tipos mistos cedeu lugar à posição afirmativa quanto à miscigenação, inclusive, com a exposição de “evidências” que contradiziam o argumento da degeneração racial. Para positivar a mestiçagem, Calmon valeu-se da composição física do povo brasileiro e da crítica às teorias de Arthur de Gobineau²¹ e Georges Lapouge²²:

As raças em formação desconcertam os sábios e os seus cálculos, desorientam as teorias e os seus dogmas, arruinam os preconceitos e as suas leis presunçosas. O “melting pot” nacional criou, na heterogênea e variada população brasileira, a energia substancial das gentes rijas. Plástica atlética, corpulência sólida, espírito claro, forma e fibra de heróis. Lapouge e Gobineau recuavam atônitos, êles que inventaram o mito da inferioridade das sub-raças de matizes transitórios – diante dessa juventude nortista bronzeada e robusta, do homem do litoral hercúleo, sadio e robusto, do homem meridional que, na cruz das correntes imigrantistas, não perdeu, na aparência ou na psicologia, nenhum dos traços nobres de sua origem caucásica (CALMON, 1940, p.2).

²¹ Arthur de Gobineau foi um teórico francês que, entre 1869 e 1870, realizou uma visita diplomática ao Brasil. Hospedado no Rio de Janeiro, percebeu a diversidade racial do país e alegou que a miscigenação tinha afetado todos os brasileiros, dando origem a um povo preguiçoso, feito e estéril (TELLES, 2003).

²² Georges Vacher de Lapouge foi um antropólogo francês que se destacou no campo do Darwinismo Social, tendo exercido influência direta sobre alguns intelectuais brasileiros (SCHWARCZ, 1987).



Gobineau, na obra *Ensaio sobre a desigualdade das raças* (1858), defendia que os povos mestiços, como o Brasil, estavam propensos à decadência devido aos efeitos nocivos do gene africano. Lapouge acrescentava que o país, em cerca de cem anos, se tornaria predominantemente negro e, portanto, condenado à barbárie e à incivilidade. Na percepção desses autores, a miscigenação racial teria produzido tipos fracos, degenerados e incapazes de conduzir o progresso nacional (SCHWARCZ, 1987).

Por longo período, esses conceitos foram utilizados pelos intelectuais brasileiros para explicar a realidade do país e antever o péssimo futuro da Nação. Mesmo que Pedro Calmon criticasse tais teorias, em nenhum momento questionou o seu rigor científico e a possibilidade de estarem imbuídas do preconceito com relação à diferença racial. A preocupação com a composição racial do país, outra vez, ficou centrada na influência da população negra, sem levantar o mesmo questionamento acerca da população branca. O viés unidirecional da crítica contribuía para manutenção das hierarquias que colocavam o grupo de pessoas brancas no topo da classificação social.

Pedro Calmon mantinha a configuração clássica das análises raciais que, historicamente, focalizavam a população negra e não interrogavam a posição objetiva do intelectual branco. A maior parte dos estudos sobre raça, no Brasil, omitia o fato de que a identidade branca também estava em jogo na problemática racial. Baseados na objetividade pregada pela ciência moderna, conferiam neutralidade aos indivíduos brancos, como se não fossem racializados e não tirassem proveito material e simbólico da manutenção das hierarquias e das desigualdades raciais (CARDOSO, 2014).²³

Sem problematizar o grupo branco, Pedro Calmon avançava argumentos oscilantes, quanto à miscigenação, que narravam os mestiços ora como frágeis ora como fortes, de físico e de índole. No fio argumentativo utilizado para criticar as teorias europeias, não foi preciso afirmar a higidez física e moral do branco, como se o grupo constituísse um bloco homogêneo onde todos fossem dotados de tais predicados.

Nessa perspectiva, chamou a atenção o branqueamento subtendido nas concepções raciais formuladas por Calmon. Se referir à juventude nortista como “bronzeada” era uma maneira de não chamá-la de negra, omitindo o matiz característico da população afro-brasileira. O termo sugeria um estado temporário de pigmentação que

²³ Com isso, não estamos afirmando que todo o conhecimento é parcial, apenas chamando a atenção para uma dimensão pouco explorada nos estudos sobre as relações raciais brasileiras.



indeterminava a cor e a identidade racial do brasileiro da região norte do país. Esse artifício também foi usado por Hollanda Loyola que, em um de seus artigos, preferiu usar o termo “enegrecidos”, ao invés de negros, para narrar o feito notável de quatro cearenses de cor negra (STAUDT, SILVA, MAGALHÃES, 2018).

Os matizes raciais possuíam um fundamento ideológico que tornava mais cômodo sinalizar a brancura do que a negrura (GUIMARÃES, 1999). Tanto que Pedro Calmon alegou, de modo visivelmente afirmativo, que o brasileiro da região meridional não havia perdido na aparência nem na psicologia “nenhum dos traços nobres de sua origem caucásica”. Percebe-se que o branqueamento consumado, físico e psíquico, era declarado de maneira explícita e sem hesitações, pois não carregava o estigma negativo que marcava os negros e os mestiços. Ao contrário, a brancura era representada como signo de nobreza por Calmon, favorecendo hierarquizações raciais e de cor.

Os fragmentos recolhidos nos escritos analisados formam uma narrativa racial que corrobora para o que Maria Aparecida Silva Bento (2002) denominou de “pacto narcísico” da branquitude. Ou seja, uma aliança silenciosa, construída entre pessoas brancas, para preservar os privilégios do grupo, que desde o período colonial, teve acesso privilegiado aos bens materiais e simbólicos da sociedade (SCHUCMAN, 2014).

Todavia, percepções alternativas de raça e racismo foram defendidas por Eva Louise Hyde²⁴ no artigo “Educação”²⁵, publicado em 1939, na edição nº 37. Eva Hyde compôs um seletivo grupo de missionárias norte-americanas, católicas e protestantes, engajadas em movimentos de reforma educacional, no início do século XX (MIGOT, 2016). Por meio de um texto aparentemente despretensioso difundiu, na revista, concepções raciais entre os argumentos a favor da educação moral na infância:

Muitos dos preconceitos e prevenções de raça, classe social ou religião de que resultam intolerância e ódio e até perseguição de outros são unicamente o resultado de hábitos de pensar adquiridos inconscientemente no meio social da infância. Nenhum destes hábitos de que fallamos, cujo papel na vida do adulto se torna tão importante, é hereditário (HYDE, 1939, p.2).

A definição do preconceito racial como hábito adquirido transmitia a ideia do racismo como fenômeno socialmente construído e não um dado natural. Sob esse ângulo, o racismo não passaria de uma conduta depreciativa dos brancos, em relação

²⁴ Miss Eva Louise Hyde foi uma professora que, na época, lecionava no Instituto Metodista Centenário (RS). Após cerca de quarenta anos de docência no Brasil, Eva Hyde recebeu, em 1954, a Ordem Nacional do Mérito no Grau Oficial, tributo dado a autoridades de renome internacional (MESQUITA, 2005).

²⁵ Eva Hyde assinou três artigos na revista, todos sob o título “Educação”, nas edições 36, 37 e 38.



aos negros, alicerçada em estigmas desprovidos de base científica ou biológica. O que permite pensar que os processos de diferenciação, estruturantes do racismo, teriam sentido apenas numa cultura onde as classificações raciais possuíam significado social.

Eva Hyde (1939, p.2) acrescentava que “quanto maior o número de repetições do acto ou do pensamento tanto mais fixo e permanente se torna o habito”. E como solução aos preconceitos de classe, religião e raça, apreendidos socialmente, apostava na educação das crianças com o intuito de construir uma nova mentalidade nos adultos.

A autora sinalizava para uma estratégia de combate ao racismo que esteve entre as principais bandeiras de luta da FNB – a educação. No movimento, a educação era estimulada como forma de combater o racismo e de prover a ascensão da população negra. Diante da discriminação racial, a FNB investia na educação para qualificar homens e mulheres negras a granjear melhores posições sociais (DOMINGUES, 2007).

Para tanto, criou escolas e cursos de alfabetização para crianças, jovens e adultos negros que encontravam dificuldades para se inserirem nas instituições convencionais. De modo politizado, a FNB educava os membros do movimento e aventava saberes sobre a questão racial no Brasil, propondo noções próprias de raça e identidade racial. O jornal “A Voz da Raça”, seu principal veículo, contestava enunciados que, pautados no racismo científico, anunciavam a raça negra como inferior à branca (GOMES, 2017).

O jornal oferecia espaços de discussão à autoria negra não percebidos na revista Educação Physica que, a despeito de seus direcionamentos, acolheu artigos que abordavam a temática racial. Em um período em que as revistas intercediam a favor de parâmetros específicos de identidade racial, o periódico divulgava concepções divergentes que exprimiam os dilemas de um assunto que não possuía consenso político. Apesar disso, se mostrou mais afeita às formulações eurocêntricas e às ideologias que davam a ver os europeus e seus descendentes brancos como superiores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo investigou as concepções de raça e de miscigenação sustentadas pela revista Educação Physica no período em que Hollanda Loyola foi seu editor técnico (1939-1944). As análises mostraram que, na época, o periódico se constituiu como um local estratégico de produção de interpretações sobre a formação racial brasileira. Em



meio ao debate, a Educação Física foi citada como componente substancial no projeto de regeneração da Pátria, não sendo discutida apenas pelo viés do esporte ou da saúde.

Com a leitura dos artigos publicados, foi possível dimensionar as divergências que permeavam a temática racial. Ao passo que Lourenço Filho e Humberto Baldariny manifestavam opiniões favoráveis ao branqueamento e à degeneração racial oriunda da mistura com os africanos, a escritora Eva Hyde anunciava o preconceito racial como fenômeno socialmente construído e sem base biológica.

No entanto, o artigo escrito por Pedro Calmon ofereceu um panorama mais próximo do pensamento intelectual do período, por encerrar ideias conflitantes que discutiam ora contra, ora favor da miscigenação racial. Sensível às nuances do seu tempo, o manuscrito de Calmon deixou pistas acerca dos dilemas que envolviam a temática racial naqueles anos. Escrito no período em que as teses culturalistas concorriam com as teorias raciais europeias, o texto revela que a reação aos dogmas europeus não foi um movimento simples, pois comportava diversas contradições.

Adepto da vertente culturalista, Pedro Calmon incorria nos postulados europeus que pretendia questionar. De fato, o culturalismo vivia à sombra das teorias europeias que, por longo tempo, nutriram a certeza de que a mistura racial atrasaria o Brasil e degeneraria a raça. A longevidade de tais teorias fazia da miscigenação uma aposta vacilante, pois estava em jogo o futuro da nação brasileira e o medo dos brancos de perderem os privilégios sociais que obtiveram com a chancela dessas mesmas teorias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDREWS, George Reid. Democracia racial brasileira 1900-1990: um contraponto americano. *Estudos Avançados*, v. 11, n. 30, 1997, p. 95-115.

ARAÚJO, M. *A medida das raças na mistura imperfeita: Discursos racialistas em Pedro Calmon – 1922/33*. Dissertação (Mestrado em História). Departamento de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das Elites – século XIX*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1987.

BALDARINY, Humberto. Educação Física como assistência social à infância. *Revista Educação Physica*, Rio de Janeiro, n.45, 1940, p.39-41.

BARBOZA, Jaqueline Lima. *Teoria da administração escolar no Brasil: contribuições de Lourenço Filho*. 2017. 140f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, Centro de Educação, Comunicação e Artes, 2017.

BENTO, Maria Aparecida Silva. *Pactos narcísicos no racismo: Branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público*. Tese (Doutorado em Psicologia), São Paulo: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, Departamento de Psicologia da Aprendizagem, do Desenvolvimento e da Personalidade, 2002.

BOAS, Franz. Alguns problemas de metodologia nas ciências sociais, 1930. In: CASTRO, Celso (Org.). *Antropologia cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BOMENY, Helena. Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

CALMON, Pedro. Educação. *Revista Educação Physica*, n. 42, 1940, p.2.

CARDOSO, Lourenço. *O branco ante a rebeldia do desejo: um estudo sobre a branquitude no Brasil*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho Campus de Araraquara - Faculdade de Ciências e Letras Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2014.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. Racismo e Imigração: o modelo ideal do homem trabalhador no campo e na cidade (1930-1945). In: PASATTI, Mateo (Org). *Tra due crisi Urbanizzazione, mutamenti sociali e cultura di massa tra gli anni Trenta e gli anni Settanta*, 2013.

CARVALHO, José Murilo de. Os três povos da República. *Revista USP*, São Paulo, n.59, 2003, p.96-115.

CRUZ, Natália dos Reis. *O Integralismo e a Questão Racial. A Intolerância como Princípio*. 2004. 281 f. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2004.

CUNHA, Olívia Maria Gomes da. Sua alma em sua palma: identificando a “raça” e inventando a nação. In: PANDOLFI, Dulce (Org). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. *Revista Tempo*, v. 12, n. 23, 2007, p. 100-122.

_____. O mito da democracia racial e a mestiçagem no Brasil (1889-1930). *Diálogos Latino-americanos*, n. 10, 2005, p. 115-130.

GOMES, Nilma Lino. *O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

GOMIDE, Bruno Barreto. A “vasta poeira humana” e o “simum da desordem”: paralelos Brasil-Rússia nos anos 1920-1930. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.35, 2005, p.121-138.

GUIMARÃES, Antonio Sergio Alfredo. *Racismo e Anti-Racismo no Brasil*. – São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo; ed.34, 1999.

HYDE, Eva Louise. Educação. *Revista Educação Physica*, Rio de Janeiro, n.37, 1939, p. 2.

LOURENÇO FILHO, Manuel. Educação Física e a futura Raça Brasileira. *Revista Educação Physica*, Rio de Janeiro, n. 37, 1939, p. 10, 11 e 60.



MAGALHÃES, Magna Lima. *Associativismo Negro no Rio Grande do Sul*. – São Leopoldo: Trajetos Editorial, 2017.

MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. Ed. Antígona, Lisboa, 2014.

MESQUIDA, Peri.; TAVARES, Luciana. Mulheres missionárias metodistas e a educação no Brasil, de 1880 a 1920: a educação da elite republicana. *Revista Diálogo Educacional*, Curitiba, v. 5, n.14, 2005, p.1-14.

MIGOT, Ana Crystina. Claparède, mestre e amigo: Memórias de travessias. *Revista Interinstitucional Artes e Educar*, Rio de Janeiro, v.2, N. Especial – “Vozes da Educação”, 2016, p.253-265.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: Identidade nacional versus identidade negra*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. 5ª Ed. – São Paulo: Brasiliense, 1994.

GRUZINSKI, Serge. *O pensamento mestiço*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SAID, Edward Wadie. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras. 2011.

_____. *Orientalismo: o Oriente como invenção do ocidente*. – São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SCHNEIDER, Omar; FERREIRA NETO, Amarildo. Estratégias editoriais, enciclopedismo, produtos e publicidade na revista Educação Physica (1932-1945). *Movimento*, Porto Alegre, v. 10, n. 3, 2004, p. 23-52.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

_____. *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SEYFERTH, Giralda. Os imigrantes e campanha de nacionalização do Estado Novo. PANDOLFI, Dulce (Org). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

SIMÕES, Renata; GOELLNER, Silvana Vilodre. Educação Física e esportes na Ação Integralista Brasileira: Hollanda Loyola e a educação do corpo, *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, v. 26, n. 2, 2012, p. 263-272.

SKIDMORE, Thomas. *Preto no branco*. São Paulo: Paz e Terra, 1976.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

STAUDT, Jéferson Luís; SILVA, André Luiz dos Santos; MAGALHÃES, Magna Lima. Aptos aos trabalhos braçais, suscetíveis aos vícios morais: Representações do homem negro na Revista Educação Physica (1939-1944). *Movimento*, Porto Alegre, v. 24, n. 2, 2018, p. 483-494.

SCHUCMAN, Lia Vainer. Branquitude e poder: revisitando o “medo branco” no século XXI. *Revista da ABPN*, v. 6, n. 13, 2014, p. 134-147.

TELLES, Edward. *Racismo à brasileira: uma perspectiva sociológica*. – Rio de Janeiro: Relume Dumará. Fundação Ford, 2003.

Recebido em: 14/07/2020

Aprovado em: 25/11/2020